

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

Destques IPADES, julho 2013

Desafios do Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

O Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Programa ABC) é um dos dez programas setoriais da Política Nacional sobre Mudanças do Clima, assumido pelo Brasil junto a Conferência das Partes sobre o Clima (COP 15), realizada em Copenhague em 2009. No programa ABC insere-se: a) integração lavoura-pecuária-floresta; b) melhoramento das pastagens ou recuperação de pasto degradado; c) plantio direto e fixação de nitrogênio; d) floresta, manejo e reflorestamento; e) aproveitamento de dejetos animais.

A partir de 2011 a execução do Programa ABC começou a ser viabilizado com R\$ 400 milhões para financiamento. No Plano Safra 2013/14 esse valor atinge R\$ 4,5 bilhões com prazo de 15 anos e juros de 5%. No entanto, vários são os entraves a serem vencidos para que o programa possa atingir seu objetivo, ou seja, modernizar a agropecuária aumentando sua produtividade e lhe dando sustentabilidade.

Para atingir esse objetivo é preciso que na aplicação melhore-se e reduza-se a burocracia, amplie-se a capilaridade de atendimento. Outro aspecto encontra-se no diferencial da taxa de juros quando comparada com outras linhas de financiamento. Por exemplo: o Pronaf, que atende a agricultura familiar tem juros de 1%; o Fundo Centro-Oeste trabalha com juros de 3%; o segmento de armazenagem cobra juros de 3,5%; o Pronamp, que atende aos médios produtores opera com juros de 4,5%.

Além da equalização da taxa de juros se faz necessário buscar outras tecnologias mais adaptadas às diferentes regiões do país. Há uma necessidade muito forte de comunicação e transferência de tecnologia. O Programa ABC ainda é pouco conhecido. É preciso incluir o setor privado nos comitês gestores do programa. As empresas de planejamento tem que aprender a fazer projetos vinculados ao programa, segundo o que está na lei.

A sociedade, principalmente a urbana, precisa saber que a agricultura brasileira é um dos pontos fortes da economia, que já num curto espaço de tempo, tem meios de sair da condição de emissora de gás de efeito estufa para sequestradora de carbono. Há 30 anos saímos de uma agricultura muito ruim para ser o player mundial da produção agrícola. Outros países levaram 200 anos.

A Riqueza as Bioquímica do Cerrado

Segundo a pesquisadora Vanderlan da Silva Bolzani, professora do Instituto de Química da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Araraquara e membro da coordenação do Programa Biota-FAPESP, **“o Cerrado é um laboratório químico altamente sofisticado”**. As substâncias produzidas pela flora do Cerrado, fundamentais para a adaptação e o equilíbrio de plantas, insetos, animais e microrganismos desse ecossistema, também podem ser úteis para os humanos.

Trata-se dos metabólicos secundários das plantas, os subprodutos de um ciclo metabólico que se inicia com a fotossíntese. Por vezes produzidos em pequenas quantidades, esses compostos, que em geral são importantes agentes de defesa das plantas contra predadores ou para a atração de polinizadores, podem apresentar atividade biológica útil para a concepção de novos fármacos.

Cerca de 100 mil compostos secundários já foram isolados de plantas e são usados na produção de alimentos, agroquímicos, combustíveis e cosméticos, entre outros. Esse universo que não é visível a olho nu agrega valor à nossa biodiversidade. Um exemplo de produto farmacêutico gerado a partir da biodiversidade do Cerrado é o Fitoscar, pomada cicatrizante lançada em 2007, e produzida a partir do extrato seco da *Stryphnodendron adstringens*, conhecido como bartimão-verdadeiro, planta da família Fabaceae, facilmente encontrada no Cerrado.

O Núcleo de Bioensaios, Biossíntese e Ecofisiologia de Produtos Naturais (NuBBE), rede de pesquisa que mantém uma base de dados sobre produtos naturais isolados a partir de elementos químicos da biodiversidade brasileira, vem estudando substâncias com propriedades farmacológicas promissoras. Outra rede, a BIOprospecTA, que integra o Biota-FAPESP, tem se dedicado a buscar substâncias biologicamente ativas na biodiversidade do estado de São Paulo. O objetivo dos projetos deve ser a bioprospecção com o propósito de ampliar de forma sistemática e organizada o universo de espécies

estudadas através de diferentes bioensaios. Além de identificar as espécies, também é essencial que se faça cada vez mais bioprospecções. O foco da rede será a biodiversidade de São Paulo, abrangendo os microrganismos e a flora e a fauna, terrestre ou aquática, do Estado.

Brasileiro Comanda a Organização Mundial do Comércio

O embaixador brasileiro Roberto Carvalho Azevedo assumirá o cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC). Com início em setembro próximo, o mandato para ser cumprido é de quatro anos.

A notícia foi muito bem recebida pelo agronegócio brasileiro. Isto porque, na condição de terceiro exportador de produtos agropecuários, com perspectivas de se consolidar ainda como forte protagonista global nessa área, o Brasil terá de conviver com embates comerciais. A década passada já foi um bom exemplo disso, com os contenciosos, por exemplo, nos casos de açúcar com a União Europeia e do algodão com os Estados Unidos.

De imediato, seu grande desafio será resgatar a Rodada de Negociações de Doha, iniciada em setembro de 2003. Essa conferência ministerial foi suspensa em julho de 2006 e teve sua retomada frustrada em junho de 2007. Em discussão estão os acordos para ampliação das condições de acesso aos mercados, cortes efetivos nos subsídios à produção e o fim dos subsídios à exportação.

A dificuldade nessas negociações se dá por conta de que os países não conseguiram resolver os impasses sobre a redução dos subsídios agrícolas e das tarifas de importação de produtos industrializados. As diferenças em fatores macroeconômicos, e não as políticas comerciais são as principais causas dos desequilíbrios entre os balanços externos dos países.

O que também tem preocupado é desaceleração do comércio mundial a partir da crise econômica de 2008. Em 2011 registrou 5,2%. A taxa apurada em 2012 foi de apenas 2% que correspondeu ao menor resultado da série histórica iniciada em 1981. Para a OMC a previsão é de que a expansão continuará lenta em 2013, em torno de 3,3%.

Na sociedade pós-industrial a economia terciária – comércio e serviços – tornou-se o carro chefe do crescimento econômico, daí sua importância. A OMC tem papel relevante para fazer com que o comércio mundial possa desempenhar o papel de propulsor do

desenvolvimento dos países. Esse é o grande desafio do brasileiro Roberto Carvalho Azevedo.

Ciência Brasileira no Continente Gelado

Com o incêndio ocorrido na Estação Comandante Ferraz, em 2012, o Brasil deverá iniciar um novo padrão de pesquisa na Antártida. Desta feita, a comunidade de pesquisadores dedicada a estudos na Antártida está detalhando um documento que propõe uma grande mudança nos objetivos científicos do Programa Antártico Brasileiro (Proantar) ao longo dos próximos dez anos.

O plano propõe que os projetos se vinculem a cinco grandes áreas. A primeira são as interações gelo-atmosfera, com destaque para o papel da superfície terrestre coberta por gelo, a criosfera, no clima do hemisfério sul. A segunda envolve os efeitos das mudanças climáticas na biodiversidade da Antártida e as conexões de seus ecossistemas com os da América do Sul. A terceira aborda a vulnerabilidade do oceano Austral às mudanças climáticas. A quarta, o papel da Antártida na ruptura do supercontinente Gondwana, que reunia o continente gelado, a América do Sul e a África, para entender sua influência sobre os recursos petrolíferos brasileiros. A quinta envolve os impactos na redução do ozônio no clima do polo sul.

Um Plano de Ação para o Período 2013-2022 foi produzido por um grupo de nove especialistas sob encomenda do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e, de modo geral, sugere dar mais foco à pesquisa com ênfase na influência do continente gelado no clima, na atmosfera, na biodiversidade ou na formação geológica do Atlântico Sul.

Para o professor Jefferson Cardia Simões, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), o objetivo é estabelecer uma política científica para a Antártida, o que o Brasil ainda não chegou a ter. Para ele, a voz de um país no Tratado Antártico depende muito da qualidade de suas pesquisas na região. O Brasil deveria ser pelo menos o líder entre os Brics, mas China, Índia e Rússia investem mais em pesquisa do que o Brasil.